

Comentários

A PROLIFERAÇÃO DAS ONG

*Carlos de Meira Mattos**

A proliferação das Organizações não Governamentais (ONG) começa a preocupar a imprensa européia e a norte-americana. São associações que proclamam fins humanitários ou caritativos tais como: direitos humanos, defesa ambiental, combate as desigualdades sociais, socorro a doenças epidêmicas, preservação de comunidades indígenas, combate às atividades belicistas etc. Trata-se, como se vê, de finalidades de elevada benemerência, facilmente aceitas pela sociedade. Acontece que, por serem bem aceitas, pelos princípios positivos que defendem, conseguiram enorme expansão numérica e contam-se hoje em mais de 32 mil, somente as internacionais (segundo informação do *Year Book* da *Union for International Organization*), espalhadas por todo o mundo, grandes e pequenas, nacionais e transacionais, prosperando particularmente nos países mais ricos. Por promoverem campanhas ditas humanitárias, têm encontrado facilidade em angariar doações e financiadores, o que tem levado muitas delas a se transformarem em porta-vozes de interesses escusos, nada humanitários.

As propostas das grandes ONG transnacionais, nos países desenvolvidos do mundo democrático, muitas vezes têm conseguido o apoio dos governantes que precisam de seus votos para se reelegerem ou elegerem seus candidatos partidários.

O articulista Guy Sorman, do *Le Monde*, da França (25.04.01), preocupado com os desvios das ONG, comenta: *atrás das siglas (humanitárias), prosperam pequenas e grandes associações, ricas e pobres, generosas e cínicas*. Mais adiante comenta o mesmo jornalista: *ninguém fiscaliza suas fontes de financiamento, ninguém verifica a autenticidade da boa causa a que se propõem, ninguém controla suas despesas*. Na sua quase totalidade, não estão subordinadas senão a assembléias fantasmas (de personalidades-honradas), *mas administradas efetivamente por minorias vinculadas a outros interesses*. Ainda seguindo o que diz o jornalista do *Le Monde*, *as ONG, as mais poderosas, são transnacionais, projetam a imagem de empresas transnacionais que as financiam, tornando utópica a idéia de que são organizações autogerenciadas, sujeitas que estão a uma irresponsabilidade ilimitada ligada a causas boas ou más*.

Realmente, parece difícil se admitir que uma ONG, cujos administradores recebem régios salários oriundos de fundos provenientes de empresas financiadoras, possa

* General Reformado. Conselheiro da Escola Superior de Guerra.

contrariar os interesses comerciais daqueles que a sustentam. Ademais, em termos de finalidade essencial, torna-se difícil conciliar interesses tão divergentes: a ONG deve buscar, desinteressadamente, o bem comum, a empresa persegue o lucro.

Esse alerta da imprensa dos países grandes sobre os perigos dos desvios éticos a que estão sujeitas as ONG chega a nós, brasileiros, em boa hora. Há vários anos somos incomodados pelas tentativas de interferência em nossa soberania na Amazônia, por parte de uma grande ONG sediada em Genebra, Suíça, que se denomina Conselho Mundial das Igrejas Cristãs. Pretende, essa ONG, ditar orientação e regras de procedimento para as comunidades indígenas brasileiras. Chega a aventar a idéia de criar uma *nação ianomâmi* independente, no meio da selva. A essa ONG acompanham outras de origem européia e norte-americana levantando teses pseudocientíficas sobre a preservação da floresta amazônica, que propõem internacionalizar, para o bem da humanidade.

O jornal *New York Post* (09.06.00), em artigo de Barry Wigmore, publicou a opinião de dois cientistas respeitados pela comunidade internacional, Patrick Moore e Philip Stott, denunciando tanto a mistificação da tese *Amazônia pulmão do mundo*, quanto a *picaretagem* de certas ONG criadas pelo roqueiro Sting e outros artistas. Dizem, os cientistas citados, que essas ONG proliferam nos Estados Unidos e na Europa, explorando o tema *vamos salvar a Amazônia*, baseadas em fundamentos científicos falsos, com o que aterrorizam pessoas ingênuas, apresentando perigos ambientais exagerados, devastadores, a fim de obterem donativos e doações.

É muito bom para nós, brasileiros, vítimas das campanhas dessas ONG internacionais, que venha agora de fora, da imprensa européia e norte-americana, a revelação dos interesses espúrios, nada humanitários, nada científicos, acobertados por certas ONG.

A nossa Amazônia, riquíssima em minerais inexplorados, riquíssima em mananciais de água doce (de previsível escassez no futuro), vem sendo o alvo preferido das ONG transnacionais, em particular daquelas que se dizem dedicadas à preservação ambiental, à defesa das comunidades indígenas, à proteção de espécies animais e vegetais. Será ingenuidade nossa acreditar nas intenções éticas e científicas que elas proclamam. São portadoras dos interesses e da ambição dos seus grandes financiadores. Suas teses de *interesse da humanidade* são de interesse sim, mas não da humanidade.

A PROBLEMÁTICA DO SÉCULO XXI

L. P. Macedo Carvalho*

Só se pode entender a vida olhando para trás.

Adágio popular

O começo de um novo milênio, século e ano dá ensejo a reflexão sobre a indissociabilidade do presente, passado e futuro, na ótica tomista.

O presente do passado é, certamente, o espaço de tempo mais concreto e mais bem balizado, apesar de nem sempre ser

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

de perfeito domínio e, às vezes, mostrar-se impossível caracterizá-lo com exatidão. Conhecido ou ignorado, o passado, obscuro ou transparente, é estático, impassível, inalterável e inegável. Pode, até mesmo, oferecer uma percepção histórica pouco clara, difusa, parcial ou incompleta por falta de informações confiáveis. Não admite mudanças sem comprovação de fontes primárias. O passado, em suma, é o que ficou.

O presente do presente é alguma coisa singular pela instantaneidade de sua própria natureza fugaz, pontual e volátil. Constitui tênue linha divisória, quase imperceptível, entre o presente do passado e o presente do futuro. Representa a separação entre ontem e amanhã. Considera-se, efetivamente, o presente do presente como a época em que se vive, quaisquer que sejam os limites de referência tomados por base - o milênio, o século, o ano, o mês, a semana, o dia ou a hora.

O presente do futuro apresenta características mais flexíveis, uma vez que em seus domínios tudo pode acontecer, conforme a imaginação usada na prospectiva.

Não se pretende com isso valer-se da infinita amplitude desta faculdade da mente e lançar-se por veredas que conduzam a quimeras impraticáveis, mas tentar vislumbrar a natureza e as linhas de ação mais prováveis dos acontecimentos em diversos campos.

Procurar antever essas hipóteses e construir, nelas arrimados, cenários nos quais o porvir venha a se desenvolver, configura o trabalho de prospectiva, cuja importância está em contribuir para a elaboração de planos e projetos que ajudem a afastar perigos de imprevisão e de improvisação, a

fim de vencer os desafios crescentes do mundo em vertiginosa evolução.

Assim, especular acerca do futuro da sociedade e das suas instituições presta o inestimável serviço de preparar um amanhã seguro, de acordo com as conveniências, os interesses e as necessidades de cada povo ou governo, ajustáveis às respectivas capacidades existentes para as satisfazer.

Na verdade, o presente do futuro configura empreendimento que demanda tantos esforços e investimentos contínuos como riscos e, sobretudo, inmensurável determinação, esperança e fé.

Como qualquer projeto, reclama modelo competitivo e eficiente, com finalidade bem definida e nítidos resultados estimados, cujos executores e beneficiários são os homens cômicos de suas responsabilidades para com a sociedade que integram.

O presente do futuro, ao contrário do que acontece com o do passado, é infinito e, portanto, aberto a toda possibilidade que se apresente, abarcando inúmeras linhas de ação ou espaços de aplicação.

Apreciar cada uma das suas manifestações, com maior ou menor intensidade de facetas geo-históricas e estratégicas, resulta em tarefa de grande envergadura que implica tempo de pesquisa descomunal, fora de alcance.

Por isso, à luz da imprecisão do presente do presente, o tema abordado se restringe a poucos, mas relevantes enfoques, dignos de estudos mais aprofundados, que somente o passar do tempo validará, ou não, as opiniões aqui expressas, para melhor compreensão da amplitude e complexidade das relações futuras das instituições como o Estado e a sociedade durante o século XXI.

Nunca é demais afirmar: tal escolha não esgota o assunto.

Em história, os silêncios são maiores do que o narrado. Quando se trata de história, restam, obviamente, múltiplos escaquinhos que aguardam pesquisas. Só se tomou conhecimento do que ficou grafado em algum papel daquilo que a tradição recorda de algum modo. Todavia, o acontecido sem testemunhas ou não relatado por terceiros perde-se irremediavelmente. No caso de buscar a ligação do presente do passado ao presente do presente e conjecturar sobre o presente do futuro, o campo de análise se estende consideravelmente, mostrando-se ainda mais incompleto. Acredita-se que o tema sirva de aperitivo bastante representativo, *grosso modo*, e incerto do por advir.

O advento do terceiro milênio e do século XXI, deve-se reconhecer, exerce sobre o público em geral um fascínio repleto de fantasias e interrogações.

O *curto e violento* século XX, no dizer de Hobsbawm, foi o tempo em que começou a ser posta em xeque a trilogia Deus, pátria e família. Passou à história como o reino da febre mística e da utopia viável, das extraordinárias descobertas científico-tecnológicas, da *guerra para acabar com todas as guerras* e das ideologias que transformariam o mundo e curariam todos os males da humanidade, assegurando a paz permanente entre as nações e o bem comum sob a égide de organismos internacionais, com o término do colonialismo, o *take off* do desenvolvimento econômico e a promessa de felicidade terrena pelo respeito aos direitos humanos e pela garantia das liberdades, resultante do *fim da história*.

Hoje, já no século XXI, viu-se muita coisa acontecer por antecipação e outras prestes a se verificar, mas persistem enormes decepções e desapontamentos que atormentam a vida no planeta.

Há sonhos cuja concretização, porém, afigura-se remota, sem que haja indícios de imediata realização. Entre estes, lamentavelmente, salientam-se os independentes do estágio cultural vivido, mas os referentes ao grau de desenvolvimento espiritual humano. A despeito do progresso alcançado na esfera científico-tecnológica, o registrado na esfera espiritual evidencia falta de compreensão e de tolerância entre os homens, prevalecendo o orgulho e o egoísmo na humanidade, onde o desprendimento e a solidariedade são virtudes mais pregadas para uso externo do que praticadas. Os poderosos continuam impondo nos fóruns internacionais, sempre e cada vez mais, suas ambições e vontades aos menos privilegiados pela sorte, aumentando o descompasso socioeconômico e colocando em perigo a paz mundial. As ideologias não feneceram e continuam a provocar delírios utopísticos, polêmicas e choques de interesses.

Infelizmente, a almejada mudança profunda da natureza humana não é vislumbrada. O panorama mundial indica o agravamento do conflito econômico civilizacional, cujo triste desfecho parece inevitável. Ameaças externas e internas assumem novas modalidades dentro de um espectro insidioso e perigoso.

O fim da bipolaridade permitiu a hegemonia de uma superpotência com acentuada concentração de poder econômico-militar que, longe de manter a paz universal, causa *desordem mundial*, levan-

do a questionar se o século XXI assistirá impassível à continuação de sua expansão e predomínio ou provocará reações de outras civilizações e culturas insatisfeitas, com pretensões a desempenhar também papéis importantes no *tabuleiro de xadrez* internacional na disputa do *grande jogo* pelo poder.

O velho eurocentrismo cedeu lugar à globalização de caráter permanente trazida com a *Pax Americana*, escudada em organismos internacionais e organizações não governamentais, reduzindo a governabilidade e a soberania de Estados-nações desprovidos de poder para se fazerem respeitar.

Os partidos políticos perdem representatividade diante do complexo sistema econômico mundial, conduzido pela Organização Mundial do Comércio, pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional e pelas ONG, ocasionando graves crises para os países periféricos e organismos regionais inexpressivos, sem mecanismos de defesa propiciados por alianças poderosas. Prevalece o consenso de Washington.

As ameaças não militares propriamente ditas, ou os chamados conflitos de baixa intensidade – causados pelo recrudescimento do nacionalismo, pelo fundamentalismo religioso, pelos movimentos reivindicatórios das minorias étnicas, pelo fluxo de correntes migratórias clandestinas, pelo terrorismo nacional e internacional, pelo crime organizado, pelas máfias, pela aliança do narcotráfico com a guerrilha –, deixam seqüelas tais como caos socioeconômico, corrupção generalizada, intolerância racial, lavagem de dinheiro, prostituição etc., que redundam no enfraquecimento de

governos nacionais. Tais chagas sociais das mais requintadas patogenias podem se transformar em graves situações localizadas ou regionais que venham a exigir intervenção internacional.

O desenfreado adiantamento científico-tecnológico concedeu uma posição privilegiada à cibernética e à informática, gerando a sociedade digital que compromete a governabilidade dos Estados-nações e os problemas de defesa nacional. A *Internet*, acoplada à telefonia celular, definiu novo *espaço geográfico* de comunicação, encurtando distâncias, transpondo fronteiras, facilitando a transferência de arquivos e o fluxo de recursos financeiros, permitindo o acesso remoto a dados instantâneos e inúmeros outros serviços. Com isso, avulta o domínio da informação como fator-chave para a solução da problemática internacional e submete a autonomia e a independência do processo de tomada de decisão nacional a sérios riscos.

As questões ecológicas ganham expressão significativa a cada dia. Richard Falk, no seu livro *This Endangered Planet*, adverte sobre a contradição vivida de que *quanto mais o mundo se desenvolve, mais a situação da Terra piora*. E o homem, para lembrar Lévi Strauss, é o grande poluidor.

A biodiversidade, a decifração do código genético humano e a biotecnologia merecem especial atenção pela importância da revolução sem precedentes que causarão no planeta em futuro não muito longínquo.

A questão crucial de carência de água e da fome, em grande escala, far-se-á presente no mundo do amanhã, em qualquer cenário traçado, sem se querer ser pessimista.

Não se deve esquecer ainda o novo papel que a mulher vem exercendo desde o final do século XX para cá e o que lhe está reservado na sociedade do futuro, à luz das conquistas efetuadas.

Dentro dessa moldura, o desgaste e o descrédito dos organismos internacionais é notório e progressivo, e grandes serão os desafios para a segurança nacional e internacional e, até mesmo, do Estado. Globalização e fragmentação são duas faces de uma mesma moeda que ameaçam, nestes tempos difíceis e imprevisíveis, a ordem local e mundial.

Os países em processo de democratização correm riscos maiores de retrocesso que não isentam também os ditos desenvolvidos, em conseqüência do aumento da violência, da imigração clandestina e do tráfico de entorpecentes.

Dessa forma, o tradicional papel e as missões das instituições militares, particularmente nos países que tiverem a identidade e a soberania nacional limitadas, terão, por força das circunstâncias, de ser revistas, de modo a se ajustarem à nova ordem mundial imposta e aceita, exigindo outro relacionamento das instituições militares com o Estado e a sociedade.

Como dizia Goethe: *O talento é coisa de criança, o sacrifício cabe ao homem, e o trabalho incumbe ao gênio.*

O caminho histórico a percorrer reclama análise mais aprofundada de parte dos especialistas em prospectiva e cenário, uma vez que o passado ficou para trás, o presente aí está indefinido e o futuro é uma incógnita ou enigma, não se podendo antevê-lo, mas prepará-lo. Apesar de a história não se repetir, há que se olhar para trás, a fim de se divisar o que se tem pela frente.

ÍNDIA, UMA LIÇÃO ESTRATÉGICA

*Eduardo Ítalo Pesce**

A globalização não decretou o fim do Estado nacional, mas veio demonstrar, mais uma vez, as vantagens políticas, econômicas e militares dos Estados mais fortes e capazes. Apesar dos problemas internos, a Índia é a maior democracia do planeta, ocupando uma posição estratégica de destaque, como potência nuclear emergente na Ásia Meridional e no Oceano Índico. A Índia é candidata a um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e, ao contrário do Brasil, não parece disposta a abrir mão de sua candidatura.

Após a independência do domínio colonial britânico, ocorrida em 1947, a elite indiana percebeu que não seria possível esperar até que o país atingisse o pleno desenvolvimento econômico e social, para implementar um projeto autônomo de potência, sob risco de vir a sofrer um desmembramento territorial. No Brasil, ao contrário, o discurso político dominante utiliza as desigualdades sociais e a ausência de ameaça externa ostensivamente percebida como justificativas para a manutenção do orçamento de defesa em níveis assustadoramente baixos, adiando indefinidamente a modernização das Forças Armadas.

A Índia possui Forças Armadas fortemente inspiradas no modelo britânico, com elevado nível de profissionalismo e sem antecedentes de intervenção armada

* Professor. Matéria publicada originalmente no jornal *Monitor Mercantil*, de 1º de novembro de 2000.

na política interna do país. As três forças singulares (Exército, Marinha e Força Aérea) empregam armamento de diversas procedências, mas existe uma considerável indústria local de defesa, que produz armamentos terrestres, navios de guerra (inclusive submarinos de propulsão convencional) e aeronaves militares de todos os tipos. No Oceano Índico, a Marinha indiana é a potência naval dominante e planeja construir submarinos de propulsão nuclear no futuro, tendo chegado a operar um submarino nuclear arrendado da antiga União Soviética, o INS *Chakra*, pertencente à classe *Charlie II*.

Há alguns anos, a Índia desativou o navio-aeródromo INS *Vikrant* (ex-HMS *Hercules*), passando desde então a contar com apenas um navio deste tipo, o INS *Viraat* (ex-HMS *Hermes*). Essa navio, assim como seu antecessor, é de procedência britânica e opera atualmente com aeronaves STOVL (*Short Take off/Vertical Landing*), de decolagem curta e pouso vertical, do tipo BAE Systems (ex-British Aerospace) *Sea Harrier*. A Marinha indiana está substituindo seus antigos navios-aeródromos por duas unidades mais modernas, capazes de operar com aeronaves de combate convencionais de alto desempenho.

Recentemente, a Índia adquiriu à Rússia o navio-aeródromo *Admiral Gorshkov* (cujo nome original era *Baku*), de 44 mil toneladas, que está sendo convertido em Severodvinsk, na própria Rússia, a um custo de aproximadamente US\$ 750 milhões, para operar com caças embarcados Mapo MiG-29K *Fulcrum*, com entrega prevista para 2003. Além disso, um navio-aeródromo de projeto francês, de 32

mil toneladas, denominado *Air Defence Ship* (ADS), está em construção em Cochin, na Índia, devendo ser entregue em 2008 ou 2009. A Marinha indiana deverá adquirir de cinquenta a sessenta aeronaves MiG-29K, para guarnecer ambos os navios.

No dia 26 de setembro último, o Brasil adquiriu, pelo preço simbólico de US\$ 12 milhões, o navio-aeródromo francês *Foch*, de 32 mil toneladas, já rebatizado como *São Paulo*, a fim de substituir o navio-aeródromo ligeiro *Minas Gerais*. O atual navio-aeródromo brasileiro, de apenas 19 mil toneladas, é capaz de operar com as aeronaves de ataque McDonnell Douglas A-4 *Skyhawk* da Marinha, mas sua velocidade máxima de 24 nós (44,5km/h) impõe algumas restrições às operações de vôo. O *Foch* atinge a velocidade máxima de 32 nós (59,3km/h). Entretanto, chegou a ser sugerido que sua aquisição seria um inútil desperdício de recursos, entre outras razões, porque o peso estratégico do Brasil no Atlântico Sul não se compara ao da Índia no Oceano Índico!

Decididamente, há algo errado com as nossas elites.

Em 1998, o lançamento de uma nova família de moedas custou ao País cerca de US\$ 550 milhões. Com essa importância, teria sido possível construir em estaleiro nacional, gerando milhares de empregos diretos e indiretos, um moderno navio-aeródromo para a Marinha.

Como a defesa nacional sempre ocupou o último lugar na lista das prioridades governamentais, o País acabou tendo de optar pela obtenção de um navio de segunda mão.

Seria engraçado, se não fosse tão assustador. ☹

Informações

O VALOR ESTRATÉGICO DA INSERÇÃO EDUCACIONAL: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS NO CASO BRASILEIRO

A realidade mundial deste início de século confirma o cenário no qual a sociedade, ou uma parte dela, está se inserindo na chamada *Era do Conhecimento*, onde a capacidade de se obter informações, em quantidade e qualidade, vem crescendo, com a característica de que o acesso a elas ocorre com velocidade cada vez maior.

Os países desenvolvidos e em desenvolvimento buscam estabelecer procedimentos ou adotar programas que viabilizem o salto de qualidade a ser executado em muitas áreas, para a participação em sua plenitude no que vem sendo denominada de *Sociedade da Informação*, ou seja, a sociedade com amplo acesso ao conhecimento.

Dentre essas áreas, é relevante o papel do sistema educacional, afirmando Longo¹ que, nesse contexto, o mesmo sofre *uma enorme pressão no sentido de elevação do nível de educação e capacitação profissional de toda a população, assim como de sua permanente atualização para dar conta das contínuas mudanças no mundo do trabalho e das relações so-*

ciais. Considerando que a educação é o motor propulsor para o acesso ao conhecimento, as comunidades excluídas desse processo, com certeza, estarão condenadas ao atraso, cada vez mais acentuado. Esse atraso poderá ocasionar um afastamento irreversível das facilidades e benesses proporcionadas pela utilização do conhecimento que se mantém em pronunciada evolução. Não é difícil perceber o valor estratégico da educação no sentido de evitar essa exclusão, que poderá estabelecer uma cisão da qual surjam classes díspares tão diferentes como nunca ocorreu em outro período histórico.

Que desafio será enfrentado pelo Brasil, pressionado por suas mazelas educacionais, na busca da capacitação da sociedade, se não está alinhado entre os países mais desenvolvidos? A resposta, sem dúvida, constitui-se em elaboração de políticas e decorrentes estratégias a serem seguidas, como metas de Estado e não de Governo, já que o objetivo a ser alcançado induz a *planejamentos de médio e longo prazos* principalmente.

A educação como caminho

Dertouzos² destaca que: *O novo mundo da informação está diretamente vincu-*

¹ LONGO, Waldimir Pirró e - *A viável democratização do acesso ao conhecimento*. Revista Lugar Comum/UFRJ, nº 9-10, p. 195-207, Rio de Janeiro, setembro 1999 a abril de 2000.

² DERTOUZOS, Michael - *O que Será: Como o Novo Mundo da Informação Transformará Nossas Vidas*. São Paulo. Schwarcz Ltda, 1998. 413 p.

lado às questões centrais da educação, na aquisição, organização e transmissão de informações, bem como na simulação de processos que representam o conhecimento e na utilização de instrumentos como e-mail e trabalho em grupo, para mediar as relações entre alunos e professores, e dos alunos entre si. Sendo assim, trata-se da primeira revolução socioeconômica importante da história a oferecer tecnologias diretamente ligadas ao processo de aprendizado. Portanto, apresenta uma boa chance (mas, de modo algum, a certeza) de promover saltos qualitativos que não poderiam ter ocorrido no caso das tecnologias das duas revoluções industriais, cujos vínculos com o ensino eram tênues. Verifica-se, então, que a educação constitui-se em poderoso alavancador do desenvolvimento e potente fator estratégico para a inserção de países no clube dos desenvolvidos.

Na caminhada em busca desse novo mundo da informação, o Brasil revela um passado no qual os esforços para o estabelecimento da educação como meta estratégica de desenvolvimento foram descontínuos e de pouca eficácia, e somente a pouco tempo vem agindo de forma a demonstrar que reconhece o que hoje é um consenso, que o tema é central para a inclusão no clube dos países desenvolvidos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional³ em seu artigo 2º estabelece que: *A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do*

educando, seu preparo para o exercício da cidadania em sua qualificação para o trabalho. O texto revela a preocupação com a formação de um *capital humano* constituído de pessoas com boa educação e capacitadas para o trabalho, que, somado ao *capital físico*, máquinas e equipamentos, terá como resultado o desenvolvimento da sociedade.

Apesar dos avanços nessa área, as deficiências educacionais brasileiras persistem, caminhando o país, de acordo com estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁴ (IBGE), para a elevada taxa de 15% de analfabetos entre a população com mais de 15 anos, sem contar com a considerável evasão escolar nos primeiros anos de aprendizagem.

A rede mundial, nesse contexto, apresenta-se como um poderoso auxiliar para suplantiar as deficiências apresentadas, podendo ser útil nas providências de redução do hiato educacional em relação a países mais desenvolvidos. Para isso, terá que ser disponibilizada de forma a proporcionar conteúdo de qualidade sob pena de acentuar, ainda mais, as distorções, fazendo surgir outra modalidade de analfabetismo, porque será decorrente do ensino de aspectos mecânicos e de seqüências lógicas de comandos de máquina, sem desenvolver o raciocínio e a capacidade de discernir. Essas são questões a serem consideradas na implementação das estratégias estabelecidas para desenvolver formidável *capital humano*, somatório da vultosa população brasileira.

³ BRASIL, Lei número 9.394, de 20 de dezembro de 1996. - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *On Line*. Disponível na Internet: <http://www.mec.gov.br>

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - *On line*. Disponível na Internet: <http://www.ibge.org>

A Iniciativa Governamental

No Brasil, além dos projetos implantados pelo Ministério da Educação (MEC), desponta o programa Sociedade da Informação (SOCINFO), coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O SOCINFO é um programa que tem como objetivo a integração, a coordenação e o fomento das ações para a utilização de tecnologias da informação (TI) e comunicações e faz parte do conjunto de projetos que compõem o Plano Plurianual 2000 - 2003⁵, com aporte de recursos previstos de R\$ 3,4 bilhões.

O SOCINFO já apresentou uma proposta inicial de ações em um documento denominado de Livro Verde⁶, lançado em setembro de 2000, onde estão detalhes sobre planejamento, orçamento, execução e acompanhamento de cada uma das linhas de ação a serem implementadas, sendo uma delas a *Educação na Sociedade da Informação*. No livro, é levantada a situação atual do Brasil sendo ressaltado que: *A maioria das escolas brasileiras não está ainda conectada à Internet. De acordo com o último censo escolar do MEC, em 1999, apenas 7.695 escolas (3,5% do total de escolas de educação básica) possuíam acesso à rede mundial de computadores, das quais 67,2% são particulares. Ou seja, há conexão com a Internet para alunos de apenas 2.527 das 187.811 escolas públicas brasileiras. O censo revela ainda que cerca de 64 mil escolas do País não têm energia elétrica - 29,6% do total - e que menos de 11*

em cada 100 estabelecimentos dispõem de equipamentos para atividades pedagógicas, como laboratório de ciências ou de informática. Menos de um quarto (23,1%) das escolas possui biblioteca. O mesmo censo aponta que as escolas particulares são muito mais equipadas do que as públicas, seja em presença de computador, conexão à Internet, laboratório de ciências, bibliotecas ou acesso à energia elétrica e água.

Verifica-se então que a Internet, por sua destacada capacidade de disseminação de conhecimento, não pode ser esquecida em um país onde existem hoje cerca de 3,8 milhões de computadores conectados e onde se constata o fato do entendimento da importância da conexão das escolas. Mantido o ritmo atual de crescimento, o número de computadores dobrará em menos de quatro anos, podendo comprometer a velocidade e qualidade das conexões e esgotar em pouco tempo o potencial de ingresso de novos usuários. O SOCINFO tem como outro de seus objetivos evitar esse esgotamento e contribuir para a disseminação do uso de computadores em todo o território nacional, criando condições para que um maior número de brasileiros possa acessar a Internet.

Dentre as ações para proporcionar acesso ao conhecimento baseado nas TI e comunicações, não abrangidas pelo SOCINFO, destacam-se, entre outros, os programas TV Escola e Telecurso 2000. O TV Escola é um programa implementado pela Secretaria de Educação a Distância do MEC e está baseado na disponibiliza-

⁵ BRASIL, Governo Federal. *Plano Plurianual 2000 - 2003*. On line. Disponível na Internet: <http://www.abrasil.gov.br>

⁶ BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia - *Programa Sociedade da Informação - Livro Verde*. On line. Disponível na Internet: http://mct.gov.br/temas/socinfo/cet_socinfo.pdf

ção de material didático via televisão, indo ao ar diariamente, 14 horas por dia. Em sua implantação foram destinados um videocassete, uma televisão e uma antena parabólica para cada uma das 56.770 escolas públicas de ensino básico, atingindo cerca de 29 milhões de alunos. Seu sucesso ainda é parcial, mas já foi capaz de obter resultados significativos em muitas regiões do País. O Telecurso 2000, dirigido a cerca de 75 mil trabalhadores que, por vários motivos, interromperam os seus estudos, proporciona a oportunidade de conclusão dos primeiro e segundo graus pelo método de ensino a distância. O programa está baseado na parceria entre organizações governamentais e privadas, já tendo sido implantadas cerca de 600 telessalas no Rio de Janeiro, São Paulo e na Amazônia Legal, além de sua implementação, durante alguns anos, em organizações militares do Exército.

O Desafio Educacional

Dentro da concepção estratégica nacional para estimular a adequada inserção da sociedade brasileira na Sociedade da Informação, que está sendo implementado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), entende-se que a educação não deva ser tratada como se fosse um setor homogêneo e sim realizadas adaptações para cada nível de ensino, desenvolvendo conteúdos adequados, implementando educação a distância de qualidade e bibliotecas temáticas digitais.

Na área de educação a distância, Castells⁷ afirma que *a comunicação medi-*

ada por computadores (CMC) desempenhará papel cada vez mais decisivo na formação da futura cultura, e, progressivamente, as elites moldadoras de seu formato desfrutarão de vantagens estruturais na sociedade emergente. Portanto, embora realmente esteja revolucionando o processo de comunicação e por meio dele a cultura em geral, a CMC é uma revolução que se desenvolve em ondas concêntricas, começando nos níveis de educação e riqueza mais altos e provavelmente incapaz de atingir grandes segmentos da massa sem instrução, bem como países pobres.

Entende-se, então, que as iniciativas governamentais e os estímulos à participação da iniciativa privada são essenciais para impedir o aumento da distância no que se refere ao domínio de conhecimento entre as classes da população e, também, por parte da sociedade nacional em relação às sociedades dos países do primeiro mundo. Como acontece em outras áreas, na educação e capacidade de acesso, os desníveis regionais brasileiros são acentuados. Além das medidas para minimizar esses desníveis, o Livro Verde especifica metas a serem buscadas, canalizando os esforços para:

- aumentar drasticamente o nível de alfabetização digital do País, dirigindo ações principalmente para as classes sociais economicamente menos favorecidas;
- buscar modelos de conectividade amplo de escolas públicas e privadas;
- qualificar minimamente novos profissionais de nível técnico e superior de todas as áreas nas novas tecnologias, sendo necessário que as atividades educacio-

⁷ CASTELLS, Manuel - *A Sociedade em Rede*. São Paulo. Paz e Terra S/A, 1999. 617p v1.

nais usem mais intensivamente a informática como meio;

- aumentar significativamente a formação de especialistas nas novas tecnologias em todos os níveis, no mínimo dobrando até 2005 os cursos de graduação e pós-graduação específicos e triplicando os cursos técnicos em nível médio;

- fazer uso em grande escala das novas TI e comunicações em educação a distância, alavancando a alfabetização digital, bem como a capacitação e formação tecnológica;

- criar laboratórios virtuais de apoio à pesquisa interdisciplinar por parte de especialistas geograficamente dispersos, permitindo interação, compartilhamento de dados e informação, independentemente de localização dos diversos parceiros; e

- utilização como tema transversal, nos níveis de ensino fundamental e médio, a leitura crítica e a produção de informações no meio provido pelas TI e comunicações. A produção interdisciplinar de materiais por parte de alunos deve ser incentivada para que sejam estabelecidas relações entre assuntos variados.

Cabe ressaltar que, segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, os Estados Unidos perceberam há mais tempo a importância das conexões estudantis, tendo seu governo decidido investir, em 1996, 2,2 bilhões de dólares para conectar todas as suas escolas, o que já ocorreu, em 2000, com cerca de 90% delas. No Brasil, o Programa Nacional de Informática na Educação anunciou também, em 1996, a compra de 100 mil computadores para insta-

lação em seis mil escolas públicas, constituindo 13,4% das 44,8 mil escolas públicas do ensino fundamental e médio. Essas metas já foram adiadas para 2002, pois, no momento, um reduzido número de computadores novos foi instalado e, destes, somente um pequeno percentual está *on line*. No que se refere às escolas particulares, a situação se apresenta melhor, pois, de acordo com o IBGE, seis escolas em cada dez do ensino médio proporcionam acesso à Internet para seus alunos.

O Contexto da Implantação

Paim⁸ ressalta que: *A Sociedade dá-se conta de que, ao sistema de ensino, incumbe um conjunto de atribuições que não se esgota na formação profissional, abrangendo simultaneamente a educação para a cidadania e a difusão da cultura geral, isto é, não especializada e interessada.* Para dar cumprimento a essas atribuições, ao proporcionar amplo acesso aos brasileiros à Internet, a política não poderá olvidar que fatores de importância, no que se refere à preservação da cultura nacional, deverão ser estudados. Esses fatores abrangem aspectos referentes ao conteúdo, onde as garantias da qualidade e da propriedade das informações serão basilares para o aproveitamento adequado do conhecimento disseminado na rede mundial.

Mesmo com a garantia do acesso global ao conteúdo, Lévy⁹ nos diz que *o problema do acesso para todos não pode ser reduzido às dimensões tecnológicas e financeiras geralmente apresentadas. Não*

⁸ PAIM, Antonio - *Educação no Brasil de 2020. Revista Parcerias Estratégicas*, Brasil, nº 6, p. 155 - 193, março de 1999.
⁹ LÉVY, Pierre - *Cibercultura*. São Paulo. 34 Ltda, 1999. 260 p.

basta estar na frente de uma tela, munida de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço. Da população e dos estudantes, principalmente, serão exigidos pré-requisitos de conhecimentos adquiridos, para que o acesso se revele eficaz e contribua para a otimização dos processos educacionais.

Além disso, deverá ser considerado que as inovações tecnológicas trazem grandes esperanças, mas provocam algumas preocupações, necessitando de definição da forma como colocá-las a serviço de criar melhores condições de vida para a população. As garantias de que o poder da informação não precisará impor os valores de culturas estrangeiras deverão ser estabelecidas, de forma a *preservar para as novas gerações* a cultura nacional, durante a implementação das estratégias que trarão para a população os benefícios dos ensinamentos *on line* de centros mais evoluídos.

O Brasil vem buscando, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT¹⁰ e da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, acompanhar o mega-projeto americano educacional e de pesquisa e desenvolvimento intitulado INTERNET-2¹¹, tendo participado de vários encontros de trabalho com os seus líderes e assinado acordo de cooperação em tecnologias para

a educação. A INTERNET-2 é uma iniciativa norte-americana, voltada para o desenvolvimento de tecnologias e aplicações avançadas de redes Internet para a comunidade acadêmica e de pesquisa. A iniciativa envolve 180 universidades norte-americanas, além de agências do governo e indústria, e visa ao desenvolvimento de novas aplicações, como telemedicina, bibliotecas digitais, laboratórios virtuais, dentre outras que não são viáveis com a tecnologia Internet atual. O País está se preparando para a integração ao referido projeto, na medida que apresente as condições técnicas necessárias, e terá, a partir daí, acesso ao que de melhor tem se apresentado nessa área. As vantagens advindas desse intercâmbio são atrativas mas, sem dúvida, deverão ser adotadas medidas adequadas para o total e útil aproveitamento do mesmo, preservando valores que passam pela cultura, propriedade intelectual e qualidade de informações.

Conclusão

A evolução para uma educação moderna e disponível para todos constituiu-se no caminho a ser percorrido pelas sociedades emergentes, necessitando da mobilização das iniciativas governamentais e privadas em busca de soluções viáveis. A imensa parcela de excluídos, que em muitos casos alcançam percentual espantosamente elevado em relação à população de muitos países, revela a agura do caminho a percorrer pelo Brasil e

¹⁰ BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia - Programa Sociedade da Informação. *On Line*. Disponível na Internet: http://mct.gov.br/temas/socinfo/cet_socinfo.pdf

¹¹ BRASIL, Governo Federal - Rede Nacional de Pesquisa. *On line*. Disponível na Internet: <http://www.rnp.br>

ênfatisa a necessidade da busca de soluções inovadoras, que possibilitem uma rápida reversão da situação de atraso diagnosticado nesse contexto.

O quadro nacional, no que se refere ao processo educacional capaz de proporcionar acesso ao conhecimento disseminado na rede mundial de computadores, também revela outras preocupações. O acesso é dificultado, principalmente, pelo atraso do Brasil em relação ao desenvolvimento experimentado por outros países e pelo pequeno poder aquisitivo de considerável parcela da população nacional. Além disso, se esses óbices não forem contornados, a classe beneficiada pela inserção digital continuará sendo a constituída dos indivíduos das camadas mais ricas e das populações dos países mais adiantados, muito distante dos mais pobres e menos desenvolvidos no que tange ao conforto e bem-estar, mas também muito próximos ou até dividindo o mesmo espaço geográfico, o que poderá gerar um confronto de culturas e interesses.

O momento requer que exista, por parte da sociedade, um esforço contínuo, com objetivos bem definidos e considerados no tempo e no espaço, para que resultados positivos e consideráveis possam ser alcançados. De pouca validade serão as iniciativas que não apresentem nas suas concepções as condições necessárias para o prosseguimento das ações, poupando esforços e recursos, o que se apresenta como desejável para um país em desenvolvimento. Os projetos implementados com o objetivo da inserção dos brasileiros na Sociedade da Informação devem fazer parte de um programa mais amplo do Estado e não estar limitado às ações de um governo, ou seja, devem integrar um compromisso e satisfazer o desejo da sociedade como um todo, de considerar como prioritário o valor estratégico da inserção educacional.

Dayse de Melo Benzi

Bacharel em Informática – Sistemas de Informações



*Seja assinante
da BIBLIEX
e receba sempre
bons livros*